



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

AMANDA DE OLIVEIRA COSMO

CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

AMANDA DE OLIVEIRA COSMO

CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Mariana Rossi



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

Dedico este trabalho aos meus pais Cristina de Oliveira Cosmo e Rogério Aparecido Cosmo, pois todo apoio, investimento, dedicação e confiança em mim por além desses 5 anos de graduação. Todo cuidado e preocupação com minha vida acadêmica foi crucial para que eu pudesse chegar aonde estou exercendo com exatidão nessa jornada.



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela oportunidade e força que me foi dada para realização de um sonho, e conclusão de mais uma etapa.

Agradeço a Prof^ª. Mariana Rossi por ter aceito ser minha orientadora, dispondo de toda atenção, preocupação e auxílio necessário para elaboração de cada etapa.

Agradeço aos meus pais por nunca medirem esforços em me proporcionar um ensino de qualidade, sempre se empenhando em passar o melhor que há neles para que eu aprenda com êxito e passe à diante tudo que me foi ensinado. Nos momentos mais tortuosos, difíceis de lidar, mas também nos melhores momentos, eles sempre foram luz para os meus caminhos, sem o carinho e a companhia deles, não teria sido capaz de suportar o processo até aqui, portanto palavras nunca serão o bastante para descrever tamanho amor e gratidão que tenho e sempre terei por eles.

Aos meus irmãos Vinícius, Felipe, Lucas e Beatriz, dedico cada agradecimento por serem inspiração na minha vida, me incentivando sempre a seguir em frente, sem medo do futuro e estando ao meu lado nos melhores e piores momento dessa vida.

Agradeço aos meus avós Maria, Natalício, José (*In memoriam*) e Sara por cada ensinamento de valores que jamais serão esquecidos por mim, desta forma me moldaram para ser quem eu sou hoje e honrar as pessoas sem medir esforços.

Agradeço por fim, todos aqueles que permacem na minha vida desde o início e aqueles que chegaram sem intenções, mas fizeram dessa trajetória mais leve e significativa, por todo apoio para a realização e conclusão dessa etapa em minha vida.



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

“Consagre ao Senhor tudo o que faz, e os seus planos serão bem-sucedidos”

(Provérbios 16:3)



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	02
2. MATERIAIS E MÉTODOS	03
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	03
3.1 <i>Emancipação das Mulheres</i>	04
3.2 <i>A violência contra a mulher no Brasil e a Lei Maria da Penha</i>	05
3.3 <i>Casa de Acolhimento</i>	07
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	09
4.1 <i>Localização da área projetual</i>	10
4.2 <i>Projetos Correlatos</i>	11
4.3 <i>O Projeto</i>	12
4.3.1 <i>Conceito</i>	13
4.3.2 <i>Partido Arquitetônico</i>	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER

WOMEN'S SHELTER

Amanda de Oliveira Cosmo

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar um projeto arquitetônico para uma Casa de Acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica na cidade de Bauru, expondo assim a complexidade do aumento de casos desse tipo de violência no Brasil ao longo da história, sobretudo no período pós pandemia da COVID-19. Esse projeto visa criar um lugar seguro e protegido acesso, que irá oferecer abrigo temporário para mulheres que sofrem ou estão em risco de sofrer violência em seus lares. Os métodos de pesquisas envolveram desde revisão bibliográfica sobre o tema até pesquisa de projetos correlatos, entrevistas e levantamentos sobre a área de intervenção. Considerando fatores de demanda de cuidado e atenção com as vítimas, o local escolhido para implantação do projeto foi um terreno na área central, cuja infraestrutura servirá como rede de apoio decorrendo de parcerias locais com ONGs, clínicas de psicologia e advocacia, incluindo a proximidade com serviços de emergências, com a intenção de assegurar uma rápida necessidade de proteção policial ou atendimento médico de urgência. O acesso ao meio de transporte público, com várias linhas de ônibus também facilita o deslocamento. Ademais, a segurança constante com policiamento regular e vigilância, garante a proteção da população em si que circulam pela região central diariamente. Posto isto, estabelecer o centro de atendimento a essas vítimas; em uma área central pode aumentar a visibilidade da causa, promovendo a conscientização sobre a violência doméstica e incentivando a sociedade a apoiar as vítimas, trazendo assim qualidade de vida e novas oportunidades a elas.

Palavras-chave: Arquitetura, Centro de Acolhimento, Mulheres em situação de vulnerabilidade, Inserção na sociedade, Bauru.

Abstract

The objective of the work is to present a architectural project. That functions as a Shelter for women. Who are victims of domestic violence in the city of Bauru. This will expose the complexity of the increase in cases, involving this type of violence in Brazil. Throughout history especially after the covid 19 panoramic. This project aims to create a place of safe and secure access, which will offer temporary shelter for women who are victims or are at risk of becoming victims of this form of abuse, in their lives. The research methods involved everything from a bibliographical review on the topic. To research on related projects, interviews and surveys on the intervention area. Considering factors of demand for care and attention for victims. The location chosen to implement the project was a plot of land in central Bauru. Where the infrastructure will serve as a support network resulting from local partnerships with NGOs, psychology clinics and lawyers, including proximity to emergency services. With the intention of ensuring a rapid need for police protection, or emergency medical care. Access to public transport, with several bus lines, also facilitates travel. Furthermore, constant security with regular policing and surveillance. That guarantees the protection of the population that travels through the central region daily. That being said, establish a care center for these victims; in a central area can increase the visibility of the cause. Promoting awareness about domestic violence and encouraging society to support victims, thus increaseing the quality of life and potentially new opportunities to them.

Keywords: Architecture, Reception Center, Women in vulnerable situations, Insertion into society, Bauru.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da questão da Violência Doméstica Contra a Mulher e dos espaços que possibilitam o acolhimento das vítimas. Os serviços de acolhimento têm por objetivo atender famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos e que estejam afastados temporariamente de seu núcleo familiar, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

O acolhimento é realizado em distintas modalidades voltadas ao público específico com a intenção de acolher e garantir proteção integral, prevenindo o agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.

O motivo pelo qual o tema foi escolhido, foi pela constatação do crescente aumento dos números de casos de violência contra a mulher no Brasil nos últimos anos, explícitos pelos meios de comunicação, onde de praxe se torna mais visível a percepção dessa grande incidência de casos alarmante.

De modo geral a violência deve ser reconhecida em campos específicos de saúde pública, pois atinge vítimas com características diversas, sejam elas sociais, étnicas, religiosas, dentre outros. Desse modo, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Datafolha divulgaram em março de 2023 índices que apontam essa violência, mostrando que “33,4% das mulheres vivenciaram violência física ou sexual (21,5 milhões) entre os primeiros semestres de 2022 e 2023 no estado de São Paulo” (Bueno, 2023).

Nota-se que esse tipo de violência, com origem nas bases do patriarcado e na hierarquia de gênero, que se estendem até os dias atuais, provoca grande impacto nas relações sociais, o que acaba por depreciar os valores sobre as mulheres, tendo em vista que os resultados caracterizaram-se por distúrbios físico, psicológico e emocional, influenciando na conservação e na integridade à saúde da mulher de forma degradante, agressiva e destruidora de sua autoestima e de seu estado de independência completa (Netto, 2014).

Em Bauru, município localizado no interior do estado de São Paulo, segundo dados da Polícia Civil de Bauru estima que no mínimo 10% das medidas protetivas concedidas a meninas e mulheres em situação de violência doméstica ou familiar na cidade são descumpridas pelos agressores. Ao menos três decisões nesse sentido são descumpridas a cada 30 casos, estima a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do município (JCNET, 2024).

Por esse motivo, o objetivo deste trabalho é apresentar um projeto arquitetônico para um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica localizado na área central da cidade de Bauru.

A preocupação com a violência contra a mulher dentro do lar cresce a cada pesquisa realizada. No ano de 2004, Ibope/Instituto Galvão constatou que 19% dos entrevistados apontaram a violência contra a mulher como o tema mais preocupante para a mulher brasileira. Antes da aprovação da Lei Maria da Penha, o percentual chegou a 56% (Pesquisa Ibope/Avon, 2009), ou seja, a preocupação com a violência contra a mulher é uma realidade sensível e crescente (Bianchini, 2018, p.36).

Desta forma, o projeto será elaborado a partir das necessidades encontradas no cenário local, conciliando com o que lhe forem oferecidos, bem como das diretrizes de leis como a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, embasada em pesquisas bibliográficas para fundamentação teórica do trabalho, por meio de artigos, livros, sites, dissertações, jornais, meios informáticos como IPEA (Atlas Violência), sites oficiais governamentais, legislação etc.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Tilly (1994), além da definição biológica da mulher dada pelo sexo, é preciso compreender as questões femininas também através de suas relações sociais em diferentes âmbitos, como idades, situações familiares, classes sociais, nações e comunidades. Suas vidas são regidas por regras e costumes, os quais se configuram a partir de crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.

Sendo assim, houve momentos em que a participação das mulheres se fez presentes na sociedade com novos costumes, ideologias, comportamentos, tomando grande importância para alavancar seus pontos de vistas. Dessa forma, para compreender questões contemporâneas que envolvem violência de gênero e a necessidade dos espaços de acolhimento para mulheres, é preciso também compreender os processos históricos que contextualizam essa realidade.

[...] a história das mulheres oscilou entre sistemas muito variados de exclusão, de tolerância e de banalização, esse último tema da maior importância no momento. Colocá-los em evidência responde a um duplo objetivo: o de permanecer crítico com respeito às formulações próprias à história das mulheres; o de questionar, por outro lado, a necessária relação entre este campo de estudos e o conjunto da pesquisa histórica (Dauphin et.al, 2000, p.1).

De acordo com Cunha e Valiense (2021) o regime patriarcal produz um efeito destrutivo e conflituoso, legitima comportamentos negativos do ser humano que reforcem a violência, a desigualdade de gênero e a invisibilidade da mulher.

Estudar sobre o feminino, suas conquistas sociais e os movimentos emancipatórios é tão importante quanto refletir e discutir sobre o machismo e a masculinidade. Pensar nos impactos que esses comportamentos e ideologias provocam na formação da identidade masculina é buscar entender, antes de tudo, qual é a senhoria que a cultura patriarcal detém, ainda na contemporaneidade, sobre o que é ser homem (Cunha e Valiense, 2021, p.14).

Nessa perspectiva, Cunha (2021) reporta que exploração do homem pelo homem é uma das fontes que originaram a desigualdade existente entre os gêneros. O sistema patriarcal, dita modelos comportamentais tanto para homens quanto para mulheres, considerando a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina e a docilidade e a submissão

como elementos formadores da identidade. A formação da identidade da masculinidade vem como base da presença do patriarcado e do machismo nessa construção, esses temas são ainda hoje emergentes, importantes para reflexão.

A ordem patriarcal nos deixou como herança, resultados drásticos no meio social. No que tange às mulheres, elas enfrentam, mesmo nos dias atuais, sérios preconceitos e discriminações quanto à sua capacidade, seja no campo do trabalho, seja na política e múltiplas formas de violência de gênero. Quanto aos homens, persiste uma masculinidade endurecida pelo machismo que nega o afeto, homens que violentam suas parceiras pelos padrões e regras preestabelecidos desde a infância, e que, ainda hoje, moldam a construção da sua identidade (Cunha e Valiense, 2021, p.14).

Por Romero (1995), a perspectiva da submissão feminina também se atribui a fatores econômicos, sendo ponto de partida para a opressão apontada em toda a história como surgimento da propriedade privada, das classes sociais e do estado.

3.1. Emancipação das Mulheres

O movimento feminista foi capaz de promover uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e a violência contra as mulheres na esfera doméstica.

[...]a história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada à explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular (Dauphin et.al, 2000, p.2).

No caso do Brasil, de acordo com Soares (1993), o movimento de mulheres que apareceu durante os anos de 1970, rompe com uma tradição, na qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores. O movimento de mulheres nos trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades.

O movimento feminista Brasileiro teve algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e Estados Unidos nos anos de 1960. No entanto, as condições políticas locais, dadas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, não deram lugar à emergência de um movimento de liberação radicalizado como os que mobilizaram mulheres da mesma geração e camada social naquelas sociedades, mulheres com trajetórias e questionamentos "identitários" semelhantes aos de muitas jovens brasileiras. Esta mesma situação, por outro lado, propiciou a emergência do feminismo no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela restituição da democracia no país (Soares, 1993).

Goellner et.al (1994) afirma que, para legitimar a importância de se elencar para discutir/refletir a violência específica contra a mulher, é importante revisitarmos a história para entender os marcos na luta por igualdade de direitos entre os gêneros. Nesse sentido, um documento que estabelece um marco importante é a A Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã (1791). De acordo com Rocha et. al (2020) trata-se de um documento jurídico de apelo fervoroso pela emancipação feminina no período da Revolução Francesa

(1789), em respeito à Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão (1789), no contexto de clamor por direitos e rupturas sociais, culturais e políticas. A autora Olympe de Gouges, ativista guilhotinada durante a Revolução, inicialmente questiona os homens em seus textos e, após propor diálogos e ações materiais para mudanças, através de 17 artigos para integrar a Constituição Francesa, ela o finda direcionando sua interlocução às mulheres, denunciando as desprezíveis realidades que homens as impuseram, ao desconsiderá-las enquanto seres humanos capazes de pensar, se organizar e (re)agir. Alguns dos direitos femininos declarados nesse documento são os seguintes:

Art. 1º. A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no bem comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e principalmente a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de qualquer soberania reside, essencialmente, na Nação, que é somente a reunião da mulher e do homem: nenhum corpo, nenhum indivíduo podem exercer autoridade que de si não emane expressamente (Rocha et. Al, 2020).

Sendo assim, pelas diretrizes e políticas instauradas no início do movimento feministas, as mulheres foram impostas involuntariamente a agir de maneira autônoma e a não submeter-se as opressões do sistema.

3.2. A violência contra a mulher no Brasil e a Lei Maria da Penha

Dados do IPEA, através de pesquisas por Escudero (2023), mostram que no ano de 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. Durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país.

Ainda em 2001, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e, 4,3 para cada 100 mil. Ou seja, o risco de uma mulher negra sofrer violência letal é de 1,8% maior, na comparação a uma mulher não negra.

Sendo a situação econômica um dos fatores que mais influenciam a permanência da mulher numa situação de violência intrafamiliar, esse também acaba sendo um dos fatores pelos quais elas não desatam essas relações.

Goellner et.al, (1994) identificaram nessa atitude segregadora de gênero uma atitude também violenta, percebendo que a violência contra a mulher não se manifesta apenas mediante o ato de agressão física ou sexual que resulta em lesões corporais e traumatismo psicológicos ou na violência emocional. Está impregnada, ainda, de atitudes subliminares que contêm uma certa violência não declarada.

Esse tema ganha importância, atualmente, a partir do entendimento de que essas formas de agressão física e psicológicas contra a mulher podem ser entendidas, como violência de

genero. Esse tipo de violencia compreende algumas importantes características, segundo Rocha et al. (2020, p.185):

- a) Ela decorre de uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher;
- b) esta relação de poder advém dos papéis impostos às mulheres e aos homens, reforçados pela ideologia patriarcal, os quais induzem relações violentas entre os sexos, já que calçados em uma hierarquia de poder;
- c) a violência perpassa a relação pessoal entre homem e mulher, podendo ser encontrada também nas instituições, nas estruturas, nas práticas cotidianas, nos rituais, ou seja, em tudo que constitui as relações sociais.

Visando a criação de um instrumento jurídico com objetivo principal de estipular punição adequada para agressores e coibir atos de violencia domestica contra mulher no Brasil, entrou em vigor a Lei Federal 11340, em setembro de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que chegou a ser reconhecida pelo ONU como uma das três melhores do mundo no enfrentamento à violencia de genero (Anunciação, 2023).

Em seu artigo 5º, a Lei Maria da Penha define o que se configura como violência doméstica e familiar contra a mulher: trata-se de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A mesma lei define também quais são as formas de expressão dessa violência: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006).

De acordo com Bertoldi et.al (2014), a lei 11.340/2006 é chamada de Maria da Penha, em homenagem a Maria da Penha M. Fernandes, que lutou durante 20 anos para ver justiça sobre seu agressor.

A primeira agressão ocorreu em 1983, onde acabou por ficar paraplégica, e a segunda foi quando seu marido a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro meses depois.

Após 15 anos de luta e pressões, a justiça brasileira ainda não havia decidido o caso de Maria. Com a ajuda de várias ONGs, Maria conseguiu encaminhar o caso para a OEA (Organização dos Estados Americanos) que foi a primeira a acatar a denúncia de violência doméstica, tendo o agressor preso em 2002 onde cumpriu apenas dois anos de prisão.

O Brasil foi condenado por negligência em relação à violência doméstica e a punição foi a recomendação de que se fizesse imediatamente uma lei que defendesse os direitos das mulheres. Em setembro de 2006, a Lei 11340/06 finalmente entra em vigor.

Vários casos de violência contra a mulher acontecem, em distintas classes sociais, independente de raça, cor, etnias, mas muitas das vítimas, não têm coragem de denunciar seu companheiro, por medo, e porque sofrem ameaças. Sendo assim, essa lei também busca dotar a mulher de instrumentos para seu empoderamento, pois, a partir dele, podem se sentir em condições de mais igualdade entre os gêneros, com mais recursos para defesa e para sair de situações de ameaça e violência (Bianchini, 2018).

Por fim, a lei tem em vista a concessão de medidas protetivas com urgência até que as vítimas regressem à sua residência, permitindo ações de proteção, como a implantação de redes de apoio com serviços e estadia temporária, com intuito de afastamento de seu agressor.

3.3. Casa de Acolhimento

Para que haja a prevenção de violência sobre mulheres em espaços suscetíveis a opressão, casas de acolhimento são implantadas para a proteção de tais, com serviços prestados em unidades inseridas na comunidade com características muito das vezes residenciais.

Para Goellner et.al, (1994) Sabemos que a denúncia contra essa violência se faz presente, ainda que timidamente, na sociedade brasileira, sendo enfrentada por meio de diferentes formas de intervenção. Situamos o movimento feminista (em todos os seus diferentes e distantes matizes) aliado a outros movimentos não-governamentais organizadores de um papel importante na tentativa de encontrar soluções concretas para modificar essa situação.

Sendo assim criados, por exemplo, os Conselhos Estaduais da mulher, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os Conselhos da Condição Feminina, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, as Casas- Albergue, os serviços de orientação e atendimento aos direitos da mulher, as entidades de apoio e conscientização da condição feminina, entre outros, conforme se prevê na própria Lei Maria da Penha (Brasil, 2006, arts. 34, 35 e 36)

No eixo da assistência, uma das ações prioritárias da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República) foi a ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, que passou a compreender outros serviços (centros de referência de atendimento à mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180), (Silva, 2011, p.10).

No Brasil, o setor responsável pela assistência à mulher vítima de violência é a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), que se desdobra em três linhas principais de ação: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. A estrutura básica da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria-Executiva e de três outras Secretarias (Governo Federal, s/d).

A primeira Casa-Abrigo brasileira para mulheres é implantada em São Paulo, em 1986 – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Em 1990, é criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (Silveira, 2006). Em 2003, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, 2009), havia um total de 42 casas-abrigo no país. Até 2011, existiam 72 casas-abrigo no território brasileiro. A maior concentração de Casas-Abrigo encontra-se no Sudeste do país (25 equipamentos) e no Sul

(13 equipamentos). Trinta e sete por cento das unidades da federação (10 UFs) possuem apenas uma Casa-Abrigo. A maioria dos equipamentos encontra-se vinculada à gestão da Assistência Social, com algumas exceções em que as Casas-Abrigo estão ligadas à Segurança Pública, à Justiça ou à Saúde. Em sua maioria, os serviços são governamentais (constituem serviços municipais e/ou estaduais) e sigilosos (Silva, 2011, p.31).

Todavia, no âmbito dos estados e municípios, existem outros serviços de abrigamento (tais como albergues, pastorais da mulher, repúblicas etc.) que ainda não constam na rede de atendimento, mas que constituem importantes parceiros no encaminhamento das demandas das mulheres que necessitam de abrigamento (em especial, aquelas que não estão sob grave ameaça ou risco de morte). Assim, uma das ações para a efetivação do abrigamento consiste no mapeamento dos serviços 'alternativos' de abrigamento já existentes na rede 'informal' de atendimento à mulher em situação de violência (Silva, 2011, p.25).

De acordo com Silva (2011) O conceito de abrigamento diz respeito à gama de possibilidades (serviços, programas, benefícios) de acolhimento provisório destinado a mulheres em situação de violência (violência doméstica e familiar contra a mulher, tráfico de mulheres etc.) que se encontrem sob ameaça e que necessitem de proteção em ambiente acolhedor e seguro.

A Casa-Abrigo e as Casa de Acolhimento são as duas principais tipologias de abrigamento. Elas se diferem em suas funções, de acordo com Medeiros (2018). A Casa- Abrigo possui uma tipificação socioassistencial específica, sendo um local destinado às mulheres vítimas de violência doméstica. A administração desses abrigos é responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência, conforme estabelecido pela Resolução CNAS nº 109/2009. A permanência das mulheres sozinhas ou com filhos nesses abrigos varia entre 90 a 180 dias e, em geral, são locais sigilosos, onde são levados em consideração pelo risco eminente de morte das vítimas. Em contrapartida, as Casas de acolhimento oferecem permanência de 15 dias, acompanhadas ou não de seus filhos e não são sigilosas, por atenderem casos em que há menor risco da integridade física das vítimas.

Segundo Silva (2011) Embora a Casa-Abrigo constitua uma das primeiras e mais importantes políticas de assistência às mulheres sob grave ameaça e risco de morte, é necessário ampliar as estratégias de atendimento (incluindo novas alternativas de abrigamento para mulheres que não estejam sob risco de morte) e redefinir o perfil de usuárias a serem atendidas pelos serviços de abrigamento; vale ressaltar que as Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres em situação de violência tem por marcos legais a Lei 11.340/2006, toda e qualquer possibilidade de abrigamento requer o acompanhamento da mulher por um serviço especializado da rede de atendimento e a articulação com a segurança pública, por se tratar de situações nas quais a mulher necessita de proteção especial.

Levantando observações sobre os abrigos, Silva (2011) pontua que para garantir a essas mulheres o acesso a locais seguros e protegidos, propõe-se a criação de casas de acolhimento provisório de curta duração, que deverão ser implantadas pelos governos estaduais e/ou municipais, onde constituem serviços de abrigamento temporário (até 15

dias), não-sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte.

Por fim, conclui-se que, para que haja essas funcionalidades, os serviços devem garantir integridade física e emocional, auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima, assim como realizar diagnósticos para encaminhamentos necessários especializados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Resultados para uma compreensão mais elaborada do assunto, foi apresentado a partir de uma entrevista com uma integrante, responsável pela assistência social de um abrigo situado na cidade de Bauru, onde algumas informações são apresentadas de forma a discernir como ocorre o funcionamento em uma casa de acolhimento para as mulheres. Sendo assim, a assistente explica que o principal motivo dessas casas de acolhimento é para a proteção dessas mulheres e a prevenção a continuação de situações de violência, proporcionando condições de segurança física e emocional como fortalecimento da autoestima, identificando assim, situações de violência e suas causas e produzir dados para o sistema de vigilância socioassistencial.

O serviço de assistência social na cidade de Bauru oferece de imediato segurança e abrigo protegido com atendimento integral às mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte iminente. As acolhidas poderão permanecer por período determinado de até 180 dias, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas, ou conforme avaliação técnica.

O acolhimento provisório é destinado às mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos menores de 18 anos. O serviço oferece moradia, alimentação, transporte, assistência social, assistência jurídica e psicológica para as mulheres e seus filhos, que estejam em risco de morte decorrente da situação de violência doméstica.

Para o acolhimento, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRM) acionará os Gestores do Serviço de Acolhimento Institucional em abrigo para Mulheres em Situação de Violência para avaliar a melhor conduta a ser adotada considerando a gravidade da situação, sendo observado a alternativa de acolhimento provisório de curta duração (Casa de Passagem) e/ou acolhimento imediato no Serviço de Acolhimento, cuja situação será apresentada ao CRM no próximo dia útil, para dar prosseguimento ao acompanhamento.

Em média são atendidas por ano 71 vítimas (entre mulheres e filhos), onde essas mulheres terão permanência no local de acordo com suas necessidades e seu consentimento para estadia e desligamento do local.

Deste modo, o programa de necessidade acontecerá de forma a instaurar as necessidades para melhor atendimento e acomodação dessas mulheres.

4.1 Localização da área projetual

O local de inserção do projeto situa-se na área central da cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo, localizada a 341km da capital paulista. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Bauru tem uma área territorial de 667,684km², população residente de 379.146 pessoas e densidade demográfica de 567,85 hab/km² [2022].

O terreno onde será implantado o projeto possui 2.000 m², situando-se no cruzamento da Rua Treze de Maio com a Cussy Junior, já tendo abrigado o antigo Cine Bauru, demolido há 11 anos. O terreno com base em estudos topográficos da área, se estima em 538 m de altitude média. Em relação ao Zoneamento, enquadra-se na ZCC (Zona Estritamente Comercial), assim como em Corredor Comercial (COC) e Corredor de Serviço (COS), na testada voltada para a Rua 13 de Maio (Bauru, 2017).

Quanto ao Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo (Bauru, 2008), o terreno enquadra-se na Zona Central, caracterizada pela predominância de atividades de comércio e serviços, infraestrutura e ampla rede de equipamentos sociais e serviços públicos. São diretrizes para desenvolvimento equilibrado da Zona Central: incentivos à moradia e comércio noturno; melhoria do sistema viário, da iluminação, da arborização e do mobiliário urbano; requalificação das áreas públicas; incentivo à instalação de serviços públicos; utilização de operação urbana consorciada ou consórcio municipal. Sendo assim, o Plano Diretor estabelece Coeficiente de Aproveitamento básico de 2,5 para essa Zona e Coeficiente de Aproveitamento Máximo de 5,0, mediante Outorga Onerosa, em casos específicos (Bauru, 2008).

O entorno do projeto provém de estabelecimentos que contribuem com o comércio local e a necessidade de cada habitante. São de fácil acesso os pontos de transporte coletivos através da Avenida Rodrigues Alves, onde a maior parte das linhas atravessam o centro da cidade. Centros comerciais também integram um conjunto lucrativo para prestação de serviços local, com vínculos em sistemas de saúde, clínicas, hospital de assistência básica, postos de delegacias etc.

Conforme o entorno do projeto, existem estabelecimentos que fornecem infraestrutura para os usuários do equipamento proposto. Estão à disposição pontos de ônibus, comércio local, Delegacias e centros de saúde. Tendo em vista a alta circulação de pessoas pelo perímetro urbano e demanda da população de Bauru e região no quesito de trabalho e comércio, o projeto será estabelecido em uma área de grande fluxo comercial.

De acordo com a Lei 2.339/1982 em relação a Mobilidade Urbana da área central de Bauru, Zonas ZCC, concentra-se maior oportunidades de trabalhos e serviços na região, como bancos, comércio popular, mercados etc., predominando nessas áreas o uso misto, com residências esparsas e serviços diversos consolidados.

A área central, na prática, mesmo com a regulamentação da área de estacionamento e sua total ocupação, ocorre uma escassez de vagas durante o horário comercial. Os imóveis comerciais ou de serviços, grande parte com mais de 40 anos, não ofertam vagas próprias, e possuem características arquitetônicas que impedem qualquer adaptação.

4.2 Projetos Correlatos

Os três projetos a seguir (Tabela 1) foram adotados como correlatos para o estudo e desenvolvimento do projeto, sendo fundamental como referências de abrigos para o presente trabalho, quanto ao programa de atividades, setorização e demais estratégias arquitetônicas.

Descrição	Referência 1	Referência 2	Referência 3
Obras			
Nome da Obra Autor do Projeto Local da Obra	Shelter For Victims Of Domestic Violence Amos Goldreich Architecture, Jacobs Yaniv Architects TEL AVIV-YAFO, ISRAEL	CENTRO PARA JOVENS, HABITAÇÃO COLETIVA Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes Paris, França	Casa da Mulher Brasileira Projeto do governo Dilma Rousseff São Paulo, Brasil
Data projeto ou da construção	2018	2013	2019
Função da Obra	- Materiais - Paisagismo - Espaço interativo para as crianças	- Implantação - Estrutura e Materiais - Espaços de uso específicos de saúde e segurança	- Atendimento personalizado - Espaços para atendimento especializado - Alojamentos de passagem - Projeto de Necessidades
Quais são as referências desta obra/projeto que pretende utilizar em seu projeto ?	O projeto terá como referência a parte dos materiais estruturais, layout dos ambientes, paredes externas com blocos de concretos celular autoclavado. Compondo uma creche permitindo que as mulheres deixem os seus filhos na parte da manhã e à noite os recolhem no final do dia.	Proposta do desenho do edifício, com complemento das áreas sociais e espaços recreativos. Equiparar o sistema de conforto acústico e térmico mediante aos materiais presentes.	O projeto trará como referência os serviços prestados a essas mulheres dentro do espaço de permanência por tempo determinado até sua inserção na sociedade e a setorização de cada um desses espaços servirá exemplos para a proposta do projeto.

Tabela 1. Projetos correlatos

4.3 O Projeto

O edifício é composto por dois andares, nas alas frontais e laterais, respeitando o gabarito do entorno do terreno.

A entrada para o local ficou situada na Rua Cussy Junior, contando com um estacionamento para veículos e entrada de veículos para carga e descarga na Rua Treze de Maio.

Ele contará com setores de especialidades clínicas para primeira interação da vítima no primeiro pavimento e setores de administração, assistência e palestras no segundo pavimento. Assim que for de consentimento da vítima permanecer no local, elas terão acesso a parte interna, onde estarão dispostos os quartos para sua locação temporária, um refeitório para suas principais refeições, uma área de uso recreativo e área de uso múltiplo para realização de tarefas e adequação de seus pertences, como roupas.



Figura 1: Planta do Térreo

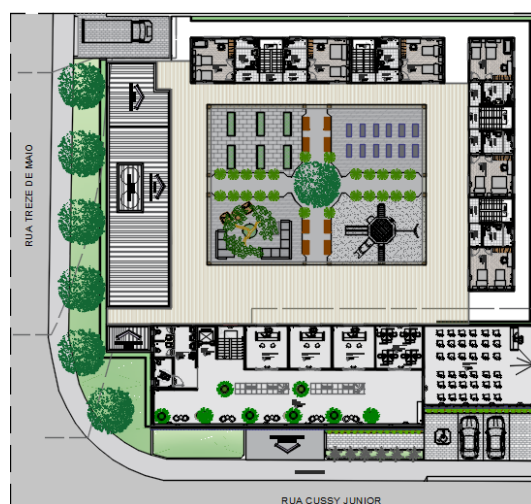


Figura 2: Planta do Segundo Pavimento

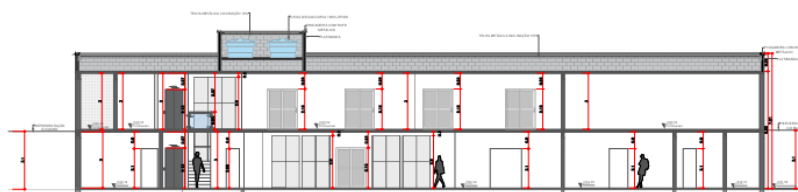


Figura 3: Corte A



Figura 4: Corte B



Figura 5: Elevação Frontal

O design equilibrado e harmonioso busca transmitir dignidade e respeito, acolhendo as mulheres que chegam em busca de apoio e abrindo as portas para uma nova esperança de vida.

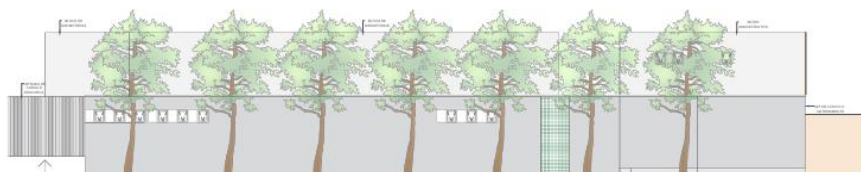


Figura 6: Elevação Lateral



Figura 7: 3D da Fachada



Figura 8: 3D da Fachada Ampliada



Figura 9: 3D da Recepção



Figura 10: 3D do Átrio Central



Figura 11: 3D do Refeitório

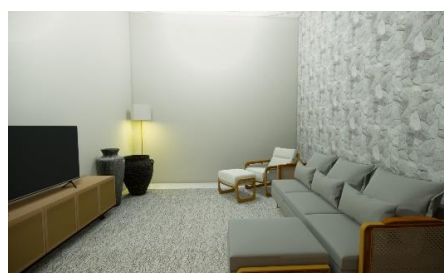


Figura 12: 3D da Sala de Televisão



Figura 13: 3D do Quarto com Berço



Figura 14: 3D do Quarto Coletivo

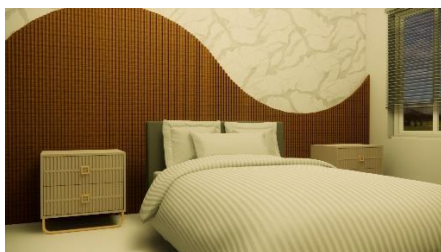


Figura 15: 3D do Quarto Individual

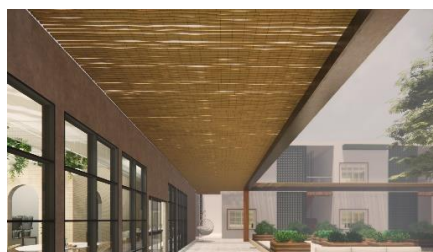


Figura 16: 3D da Cobertura de Bambu

4.3.1 Conceito

O projeto tem como conceito a pauta sobre o acolhimento, ato o que aproxima, inclui e humaniza pessoas em situações de risco e vulnerabilidade, oferecendo a possibilidade de serviços para a valorização dos usuários como pessoas, apresentando posturas e práticas nas ações de atenção e gestão. No caso deste projeto, o público-alvo são mulheres que sofreram violência doméstica e/ou que se encontram sob ameaças e que apresentam vínculos fragilizados. A Casa de acolhimento busca oferecer proteção de tais em um ambiente acolhedor de curta duração. A ideia do abrigo provisório vem através da necessidade de proteção aos indivíduos que temporariamente abdicaram seus núcleos familiares e sociais, e que se encontram em situações de abandono e até mesmo violação de seus direitos, garantindo bem-estar social, físico e emocional dessas mulheres.

4.3.2 Partido arquitetônico

Se caracteriza pela elaboração e criação de ambientes onde serão compartilhadas relações semelhantes entre os usuários. Os ambientes para permanência e convívio compreendem de salas de assistência, dormitórios individuais para estadias temporárias e, refeitório funcional, já que a alimentação é algo crucial para o bem-estar das usuárias. O conforto mental e físico acontece mediante aos elementos dispostos nos ambientes, como fragrâncias naturais, estímulos sensoriais, ações de equilíbrio através da visão e audição, trazendo ternura por meio de matérias de conforto acústico e térmico. A utilização de materiais e cores que transmitam a sensação de tranquilidade nos ambientes também são uma estratégia de projeto, com espaços de multiuso para adaptação e estímulo mental, enriquecendo a sensação e experiência socioespacial.

De acordo com Dionizio (2022), a aplicação de estratégias do design biofílico tem por objetivo estimular o lado multissensorial, apesar do sentido visual ser o mais dominante para a percepção e respostas ao ambiente, para que as experiências com o mundo natural contribuam para o conforto, a satisfação, o prazer e o desempenho cognitivo.

Sendo assim, o método Biofílico o qual propõe a inserção da natureza nos ambientes em busca da conexão de pessoas com a natureza dentro de ambientes

construídos, também será aplicado, através da incorporação de elementos naturais, como luz natural, vegetação, materiais naturais, assim como também a vista para o exterior, criando espaços mais agradáveis com intuito de reduzir sintomas mentais e emocionais fragilizados, em busca da recuperação emocional de forma saudável.

4.3.3 Programa de necessidade

O projeto foi elaborado a partir de uma gama de pontos cruciais e pensados para serem pautados dentro do contexto ao projeto e seu entorno, garantindo um espaço seguro, acolhedor e funcional.

Referente a segurança, foi escolhido um terreno em um bairro central disposto de locais com fácil acesso a órgão de segurança pública, contando com a instalação de uma vigilância no local do empreendimento, e mantendo assim, a instalação dessas mulheres de forma confidencial. Na estrutura arquitetônicas foram inclusas algumas demandas, como acomodações coletivas caso optem pela estadia, em caso de necessidade de privacidade para essas mulheres acompanhadas de seus filhos, acomodações individuais também são sugeridas caso apresentem inicialmente risco iminente. Sendo assim, a arquitetura do projeto, dispõe-se de ambientes acolhedores instalados ao redor de um átrio central de permanência durante o dia, com foco também em recomendações necessárias para o conforto não somente físico, mas também conforto térmico, luminotécnico e visual, em áreas internas e externas. Trazendo assim, um conceito para melhor estadia.

A partir dessas análises, foi desenvolvido um programa de necessidades para o projeto da Casa de Acolhimento para Mulheres detalhado na tabela a seguir (ver tabela 2).

AMBIENTE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
Estacionamento	1	Estacionamento com vagas para acesso de pessoas no empreendimento
Guarita	1	Abrigo para vigilantes antes do acesso para a área interna
Recepção	1	Ambiente de interação inicial para o contato
Triagem	1	Ala de avaliação sobre o estado atual de saúde da paciente
Enfermaria	1	Local para instalação de pacientes socorridas em estados de lesão e ferimentos, antes da destinação de emergência
Sala de Descompressão/ Recreativa	1	Local que promove um momento de relaxamento aos colaboradores visitantes internos
Área infantil	1	Local planejado para comodidade de crianças que estarão como companhia na casa de acolhimento
Cozinha	1	Preparo das refeições para visitantes
Refeitório	1	Local destinado a realização das principais refeições diariamente
Lavanderia	1	Local de uso coletivo equipado para lavagem e secagem de roupas
DML	1	Local para o armazenamento de produtos e materiais de limpeza para uso geral
Despensa	1	Local para armazenamento de alimentos para o preparo das refeições
Câmara Frigorífica	1	Local destinado a refrigeração de alimentos utilizados para as refeições
Quartos Individuais	4	Quartos individuais com apenas 1 cama para acomodações com maior tempo de permanência
Quartos Coletivos	6	Quartos coletivos com 2 a 4 camas individuais para acomodação com menos permanência
Banheiros Coletivos	10	Banheiros Coletivos para uso geral
Banheiros Sociais Individuais	6	Banheiros destinado a uso pessoal/ individual
Sala de Atendimento	3	Salas destinadas ao auxílio psicológico
Sala de Administração	1	Sala para administração dos assuntos internos
Sala de Coordenação	1	Sala destinada a organização de importantes tarefas e disposição das responsabilidades em soluções rápidas
Sala de Assistência	1	Sala para auxílio de casos mais agravantes
Sala de Descanso	1	Ambiente destinados a pequenos intervalos para colaboradores do local
Almoxarifado	1	Área para o armazenamento e estoque de materiais e produtos internos
Sala de Palestra	1	Sala destinada a receber convidados com conforto para informá-los sobre determinado assunto

Tabela 2. Programa de Necessidade

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Casa de Acolhimento da Mulher” visa trazer um novo olhar sobre amor e cuidado para as mulheres e crianças que sofreram ou sofrem qualquer tipo de violência dentro de seus lares. Para que houvesse o cumprimento do que outrora foi proposto, foram levados em consideração todos os pontos e necessidades a serem supridas por tais durante estadia no edifício. A princípio a disposição dos ambientes internos foi cuidadosamente planejada para garantir conforto e acessibilidade, com espaços que acolhem e apoiam em diversos aspectos, desde atendimento clínico e psicológico até suporte administrativo.

A finalidade do projeto da Casa de Acolhimento Da Mulheres em Bauru é um avanço essencial na luta pela dignidade e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade. Este espaço foi projetado não apenas como um abrigo, mas como um símbolo de respeito e esperança. Esse projeto não é apenas um edifício, mas uma manifestação concreta de acolhimento, uma rede de apoio onde foi pensado para transmitir cuidado e empoderamento.

Sendo assim, o projeto reforça o compromisso em construir um futuro onde cada mulher possa se sentir protegida e valorizada.

BIBLIOGRAFIA

BERTOLDI, Maria Eugênia. et al. **LEI MARIA DA PENHA**. Curitiba: Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz, 2014. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/681/837>.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BUENO, Samira. et. al. **A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade; VALIENSE, Jaqueline Meireles. **A influência do machismo na violência de gênero**. UESB, Bahia, 2021. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/view/9982>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DAUPHIN, Cécile. et al. A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Histografia. **Revista de Gênero**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.1, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DIONIZIO, Fátima Aparecida Guedes Fernandes. **Neuroarquitetura, psicologia ambiental, design biofílico e feng shui: uma análise comparativa**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 1, ed. especial, abr. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4849>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ESCUADERO, Camila. et al. **Violência contra Mulher**. Rio de Janeiro: Ipea: Atlas 2023: Violência contra Mulher, nov. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>

MEDEIROS, Juliana. **Serviço de Acolhimento Institucional Para Mulheres em Situação de Violência**. GESUAS, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/servico-de-acolhimento-institucional-para-mulheres-em-situacao-de-violencia/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

NETTO, Leônidas de Albuquerque. et al. Violência contra a mulher e suas consequências. **SciELO Brasil**, Rio de Janeiro, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/yhwcb73nQ8hHvgJGXHhzw8P/?lang=pt#>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ROCHA, Diana. et al. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges. **Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva**, Rio Grande do Sul, n. 17, p. 185, jun. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218052>.

ROMERO, Elaine. **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

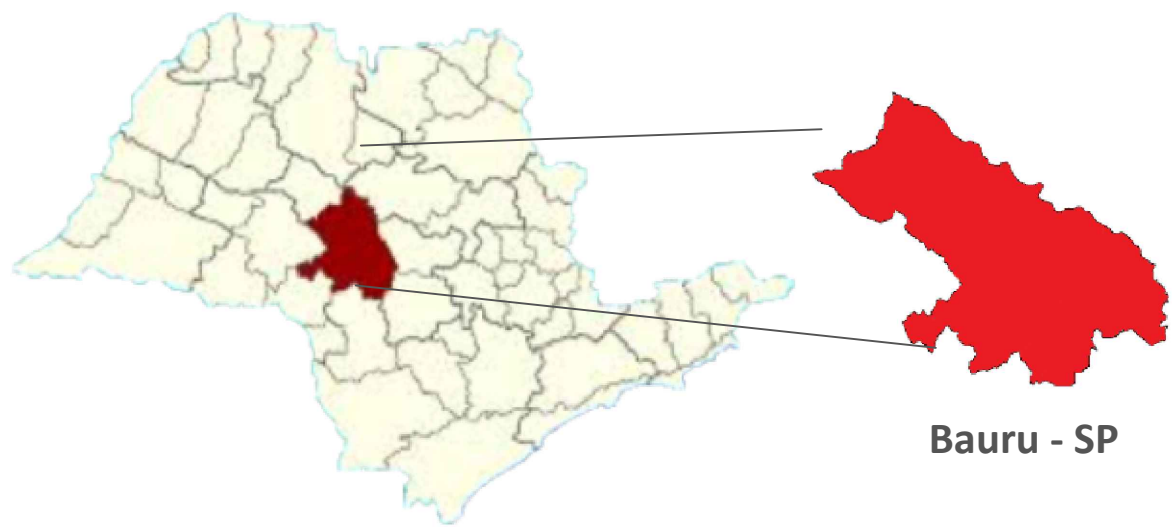
SILVA, Taís Cerqueira. **Diretrizes nacional para abrigo de mulheres**. Senado Federal do Brasil, Brasília, p.10, 25, 31, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia.

SOARES, Vera. Movimento Feminista Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Instituto de Estudos de Gênero**, Santa Catarina, v. 3, p. 29, 1990. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Tilly.pdf)

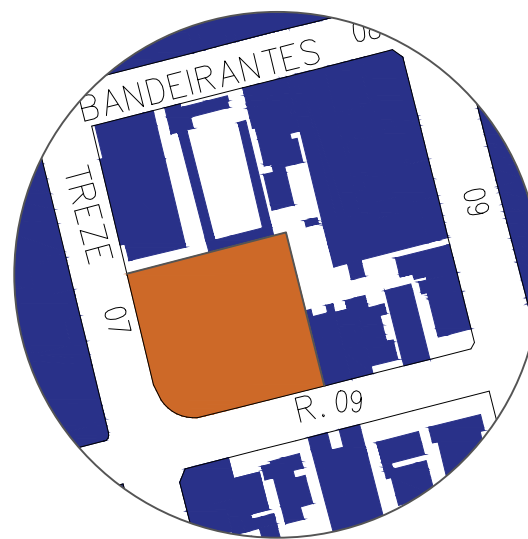
CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER

IMPLANTAÇÃO GERAL



Localização

O local de inserção do projeto situa-se na área central da cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo, localizada a 341km da capital paulista. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Bauru tem uma área territorial de 667,684km², população residente de 379.146 pessoas e densidade demográfica de 567,85 hab/km² [2022].



Localização

- Área do terreno
- Área de Uso e Ocupação



Hierarquia Viária

- Via Local
- Via Coletora
- Via Estrutural
- Via Projetada

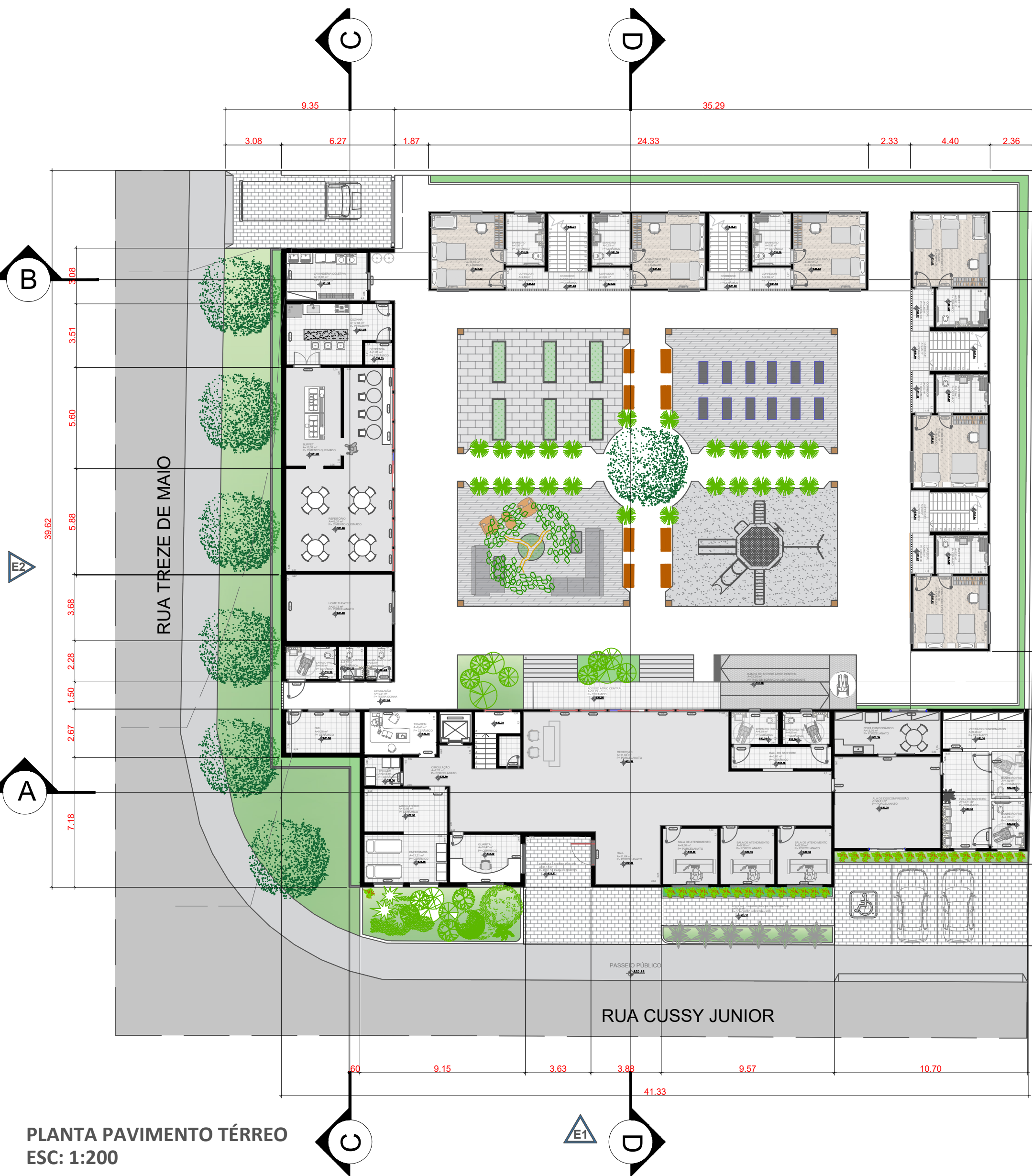
Terreno

O terreno onde será implantado o projeto possui 2.000 m², situando-se no cruzamento da Rua Treze de Maio com a Cussy Junior, já tendo abrigado o antigo Cine Bauru, demolido há 11 anos. O terreno com base em estudos topográficos da área, se estima em 538 m de altitude média. Em relação ao Zoneamento, enquadra-se na ZCC (Zona Estritamente Comercial), assim como em Corredor Comercial (COC) e Corredor de Serviço (COS), na testada voltada para a Rua 13 de Maio (Bauru, 2017).

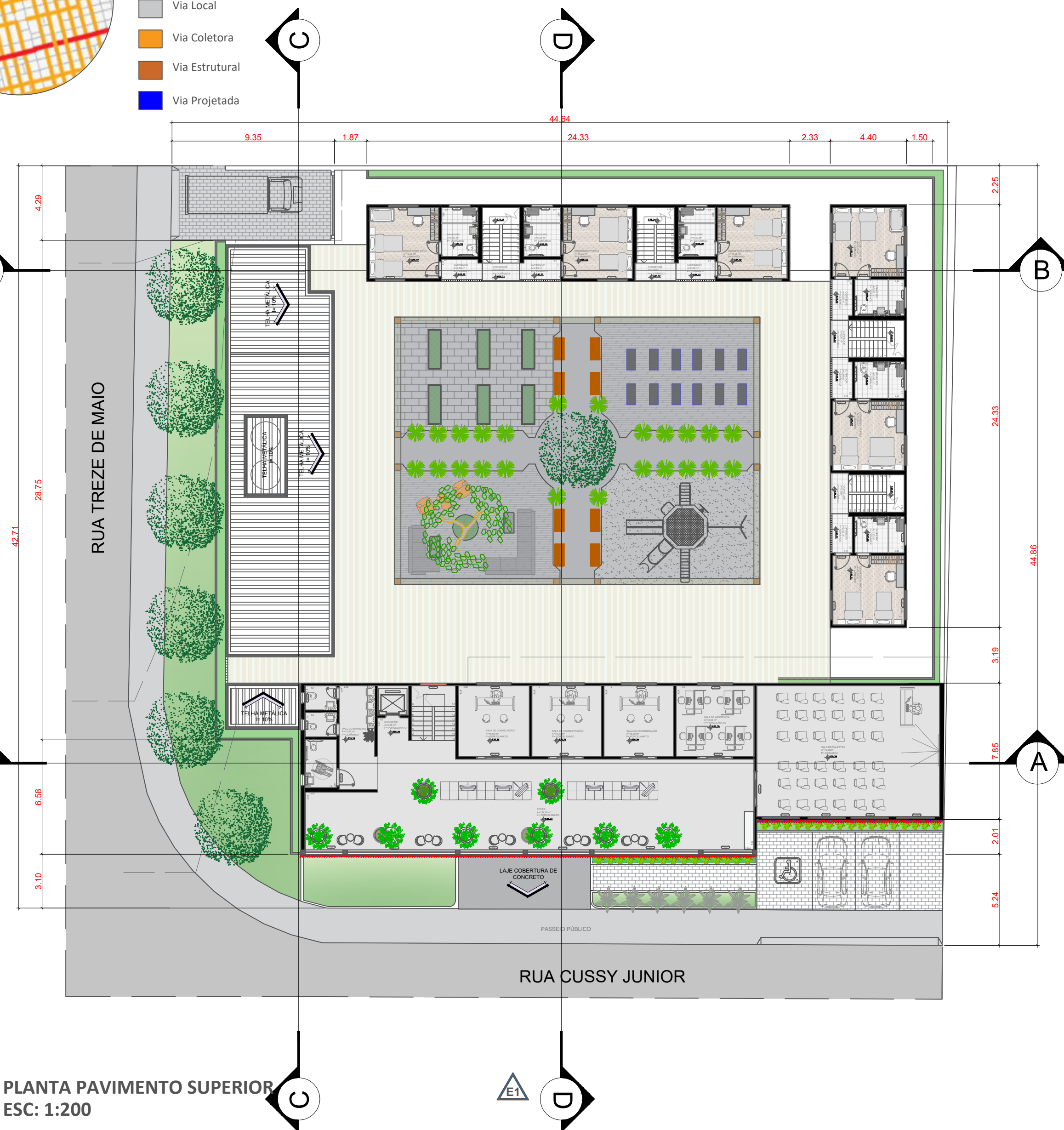


Conceito

O projeto tem como conceito a pauta sobre o acolhimento, ato o que aproxima, inclui e humaniza pessoas em situações de risco e vulnerabilidade, oferecendo a possibilidade de serviços para a valorização dos usuários como pessoas, apresentando posturas e práticas nas ações de atenção e gestão. No caso deste projeto, o público-alvo são mulheres que sofreram violência doméstica e/ou que se encontram sob ameaças e que apresentam vínculos fragilizados.



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO
ESC: 1:200



PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR
ESC: 1:200

TABELA DE ESQUADRIAS					
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	MATERIAL
P01	Porta de abrir	1,4	2,10	-	Madeira Maciça
P02	Porta de abrir	0,90	2,10	-	Madeira Maciça cor branca
P03	Porta de abrir	1,00	2,10	-	Madeira Maciça
P04	Porta de correr	0,70	2,10	-	Madeira Maciça
P05	Porta de correr	1,00	2,10	-	Madeira Maciça
P06	Porta de abrir	0,70	2,10	-	Madeira Maciça
P07	Porta de correr	0,90	2,10	-	Madeira Maciça
P08	Porta de abrir	0,70	2,10	-	Madeira Maciça
P09	Porta de abrir	0,80	2,10	-	Madeira Maciça cor branca
P10	Porta de correr 2 folhas	1,80	2,10	-	Alumínio e vidro
P11	Porta de correr 4 folhas	2,00	2,10	-	Alumínio e vidro
P12	Porta de abrir	1,50	2,10	-	Alumínio
P13	Porta de correr	1,00	3,10	-	Madeira Maciça
P14	Porta de correr 4 folhas	2,00	2,10	-	Alumínio e vidro
P15	Portão	3,43	2,10	-	Alumínio
J01	Janela de Correr 2 folhas	1,6	1	1,00	Alumínio e vidro
J02	Janela de Correr 4 folhas	2,0	1	1,00	Alumínio e vidro
J03	Janela Maxim ar	0,6	1	1,60	Alumínio e vidro
J04	Janela Fixa	1,2	1	1,60	Alumínio e vidro
J05	Janela Fixa	2,75	1	-	Alumínio e vidro
J06	Janela Fixa	1,38	1	-	Alumínio e vidro
J07	Janela Fixa	3,63	1	-	Alumínio e vidro
J08	Janela Fixa	1,22	1	-	Alumínio e vidro
J09	Janela Fixa	3,33	1,20	-	Alumínio e vidro
J10	Janela Fixa	2,62	1,20	-	Alumínio e vidro
J11	Janela Fixa	1,47	1,20	-	Alumínio e vidro
J12	Janela Fixa	1,7	1,20	-	Alumínio e vidro
J13	Janela Fixa	1,2	1,20	-	Alumínio e vidro
J14	Janela Fixa	2,85	1,20	-	Alumínio e vidro
J15	Janela Fixa	6,02	1,20	-	Alumínio e vidro
J16	Janela Fixa	3,58	1,20	-	Alumínio e vidro
J17	Janela Fixa	3,63	1,20	-	Alumínio e vidro
J18	Janela Fixa	6,23	1,20	-	Alumínio e vidro
J19	Janela Fixa	2,17	1,20	-	Alumínio e vidro
J20	Janela Fixa	2,17	1,20	-	Alumínio e vidro
J21	Janela Fixa	1,47	1,20	-	Alumínio e vidro

Área do Terreno: 2000,00 m²
Área Construída: 1680,75 m²



FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

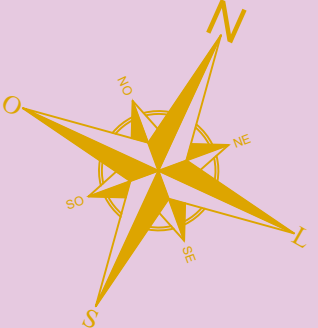
PROJETO CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER
ORIENTADORA: MARIANA ROSSI

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO - TFG II - 2024
ALUNA: AMANDA DE OLIVEIRA COSMO

ESCALA INDICADA

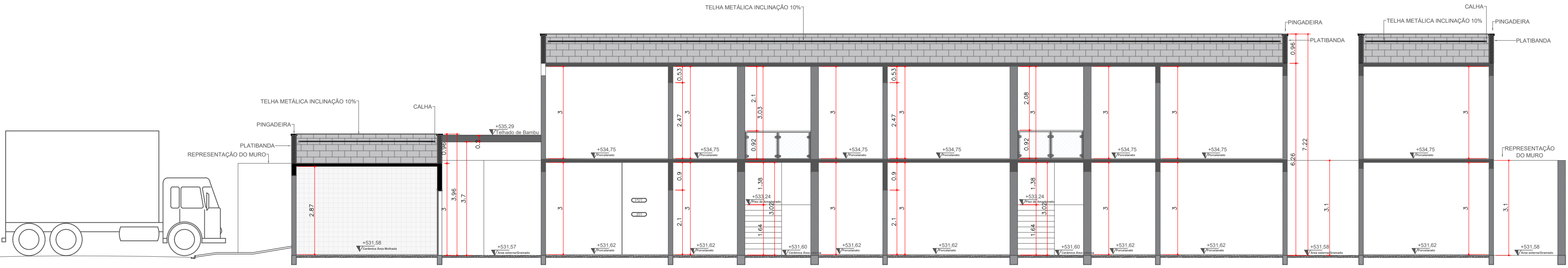


ARQUITETURA E URBANISMO

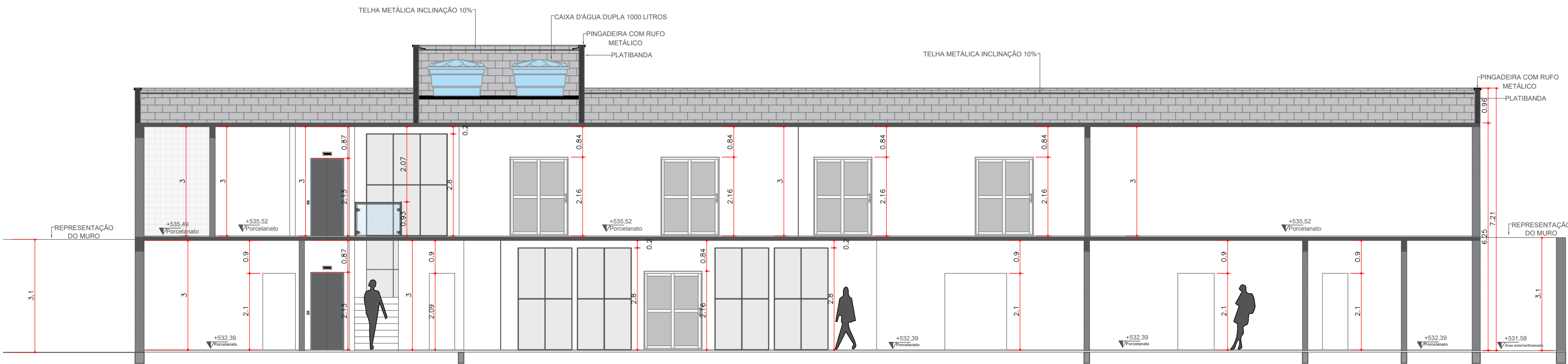


CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER

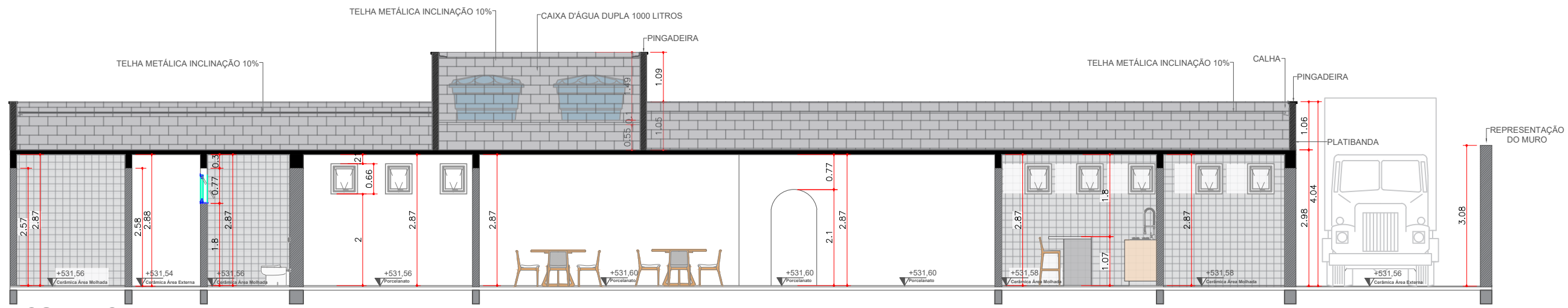
CORTE B
ESC: 1:100



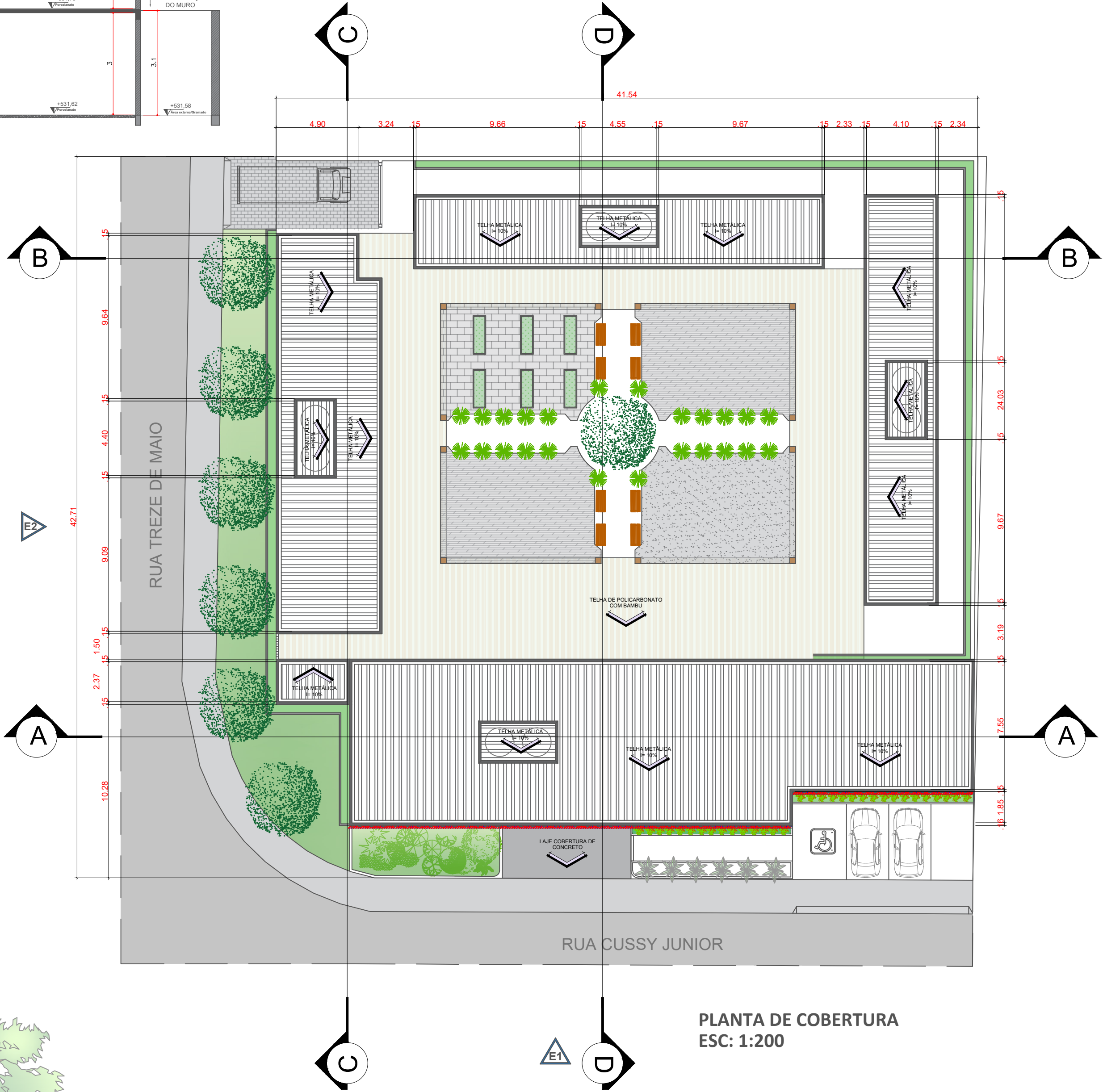
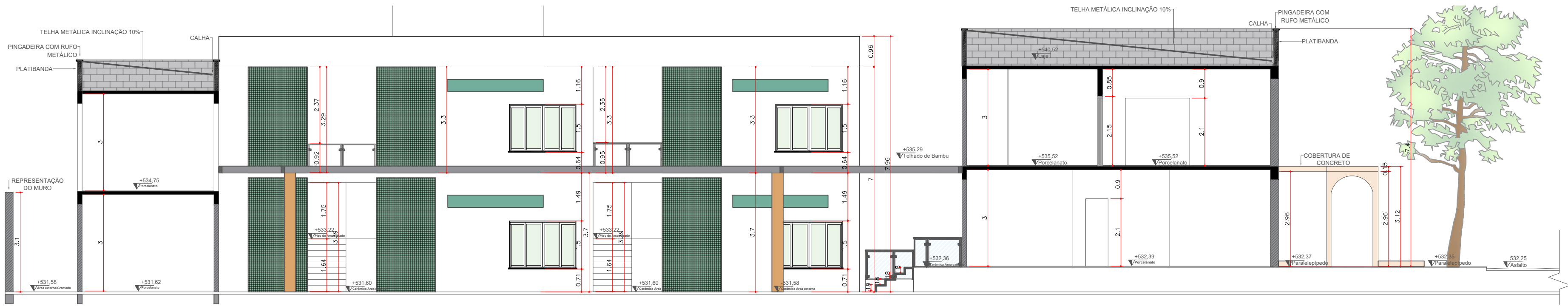
CORTE A
ESC: 1:100



CORTE C
ESC: 1:100

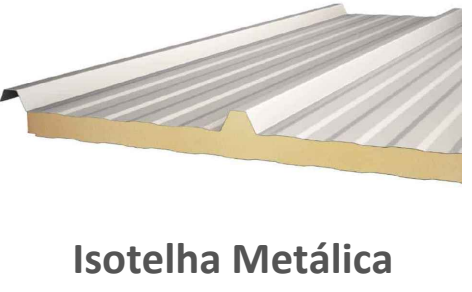


CORTE D
ESC: 1:100



MATERIAIS DE COBERTURA

A escolha de telhas metálicas com isolamento e forro de bambu com polycarbonato para a Casa de Acolhimento para Mulheres visa atender às necessidades de conforto térmico, sustentabilidade e estética harmoniosa, proporcionando um ambiente acolhedor e agradável.

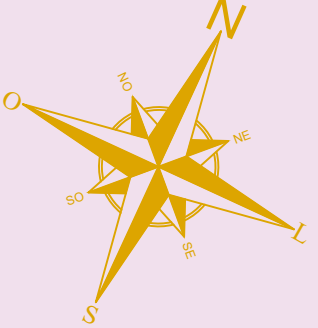


FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

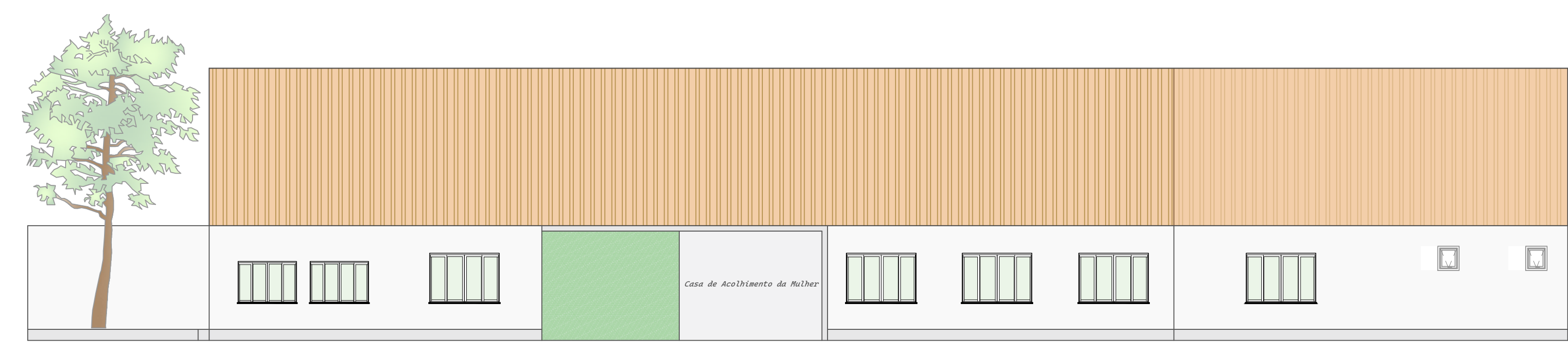
PROJETO CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER
ORIENTADORA: MARIANA ROSSI

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO - TFG II - 2024
ALUNA: AMANDA DE OLIVEIRA COSMO

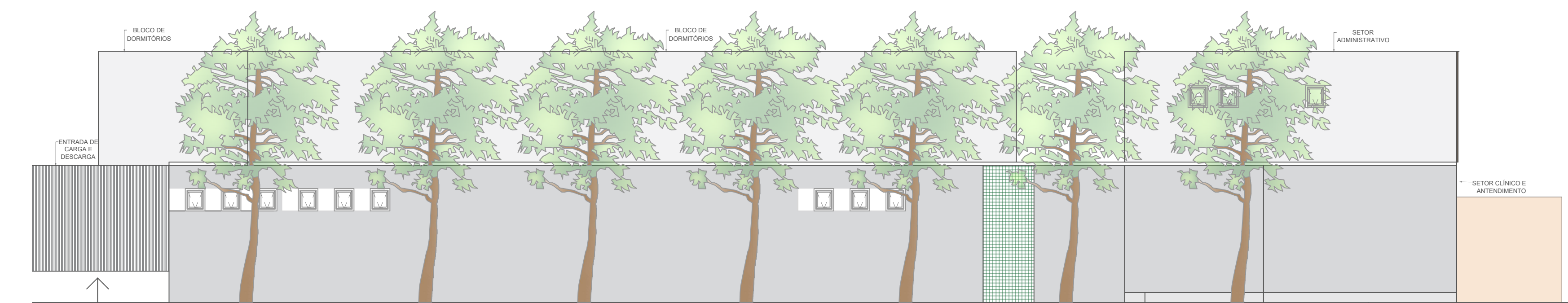
ESCALA INDICADA



CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER



ELEVAÇÃO 1
ESC: 1:100



ELEVAÇÃO 2
ESC: 1:100



Elevação Frontal

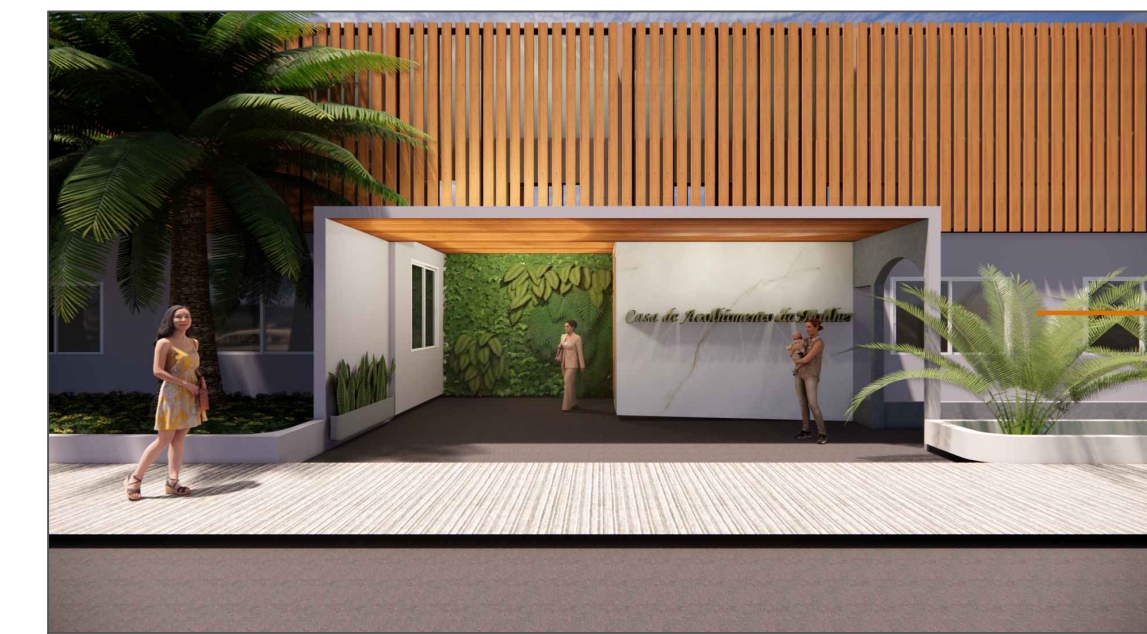
A fachada da Casa de Acolhimento para Mulheres em Bauru foi projetada para transmitir acolhimento, segurança e esperança, refletindo o propósito da instituição de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade. A entrada utiliza uma paleta de cores suaves e elementos naturais, como o jardim vertical, para criar uma atmosfera de tranquilidade e conexão com a natureza. O uso de materiais como madeira e revestimentos neutros oferece uma sensação de aconchego, enquanto o letreiro em destaque simboliza a identidade da casa, reforçando sua missão de amparo e fortalecimento. O design equilibrado e harmonioso busca transmitir dignidade e respeito, acolhendo as mulheres que chegam em busca de apoio e abrindo as portas para uma nova esperança de vida.



Elevação Lateral

A fachada lateral foi projetada com o intuito de transmitir discrição e serenidade, respeitando a privacidade das mulheres acolhidas e garantindo um ambiente seguro e acolhedor. O uso de cores neutras nas paredes cria uma sensação de calma e estabilidade, enquanto a presença de árvores ao longo da calçada adiciona um toque de natureza, amenizando o ambiente urbano e criando sombras naturais. As janelas com gradis oferecem ventilação e iluminação natural, mantendo a privacidade do interior. Já os detalhes em cerâmica ou revestimentos de tom suave adicionam um toque de estilo à fachada, sem perder a funcionalidade. Esse design busca proporcionar um espaço que acolha de forma discreta e que se harmonize com a paisagem ao redor, transmitindo a ideia de um refúgio seguro.

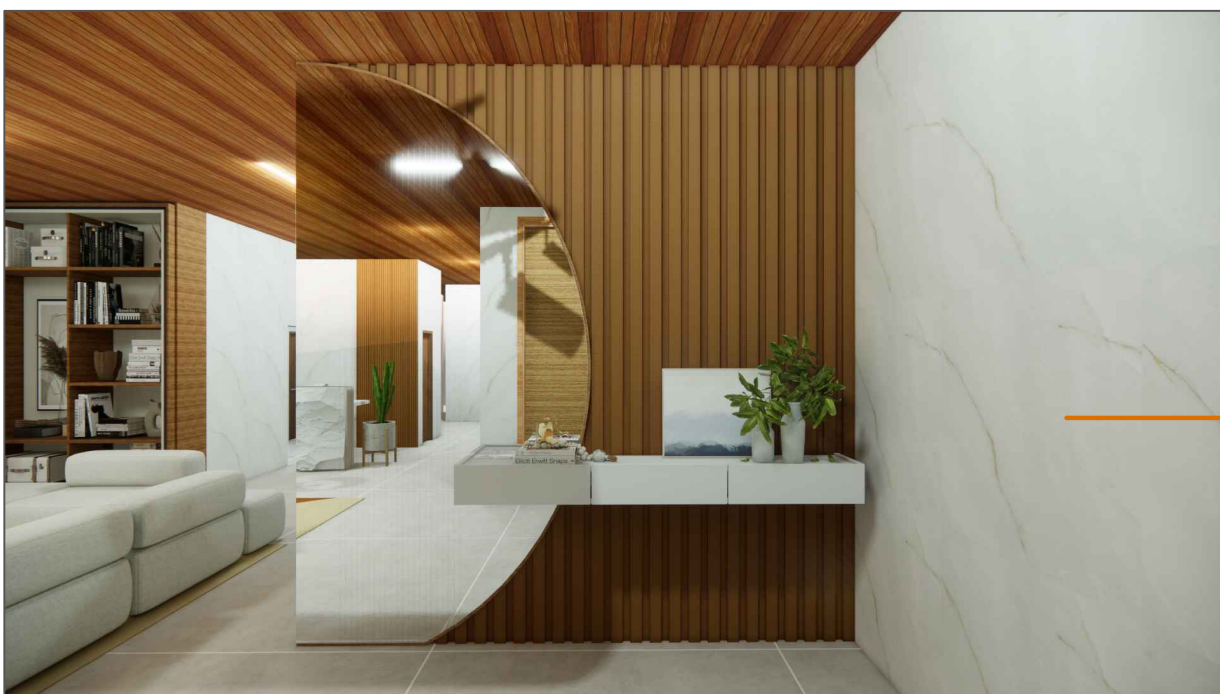
MODELAGEM TRIDIMENSIONAL



Fachada
Primeira interação



Letreiro
Identidade da Casa



Hall
Interior da casa



Recepção



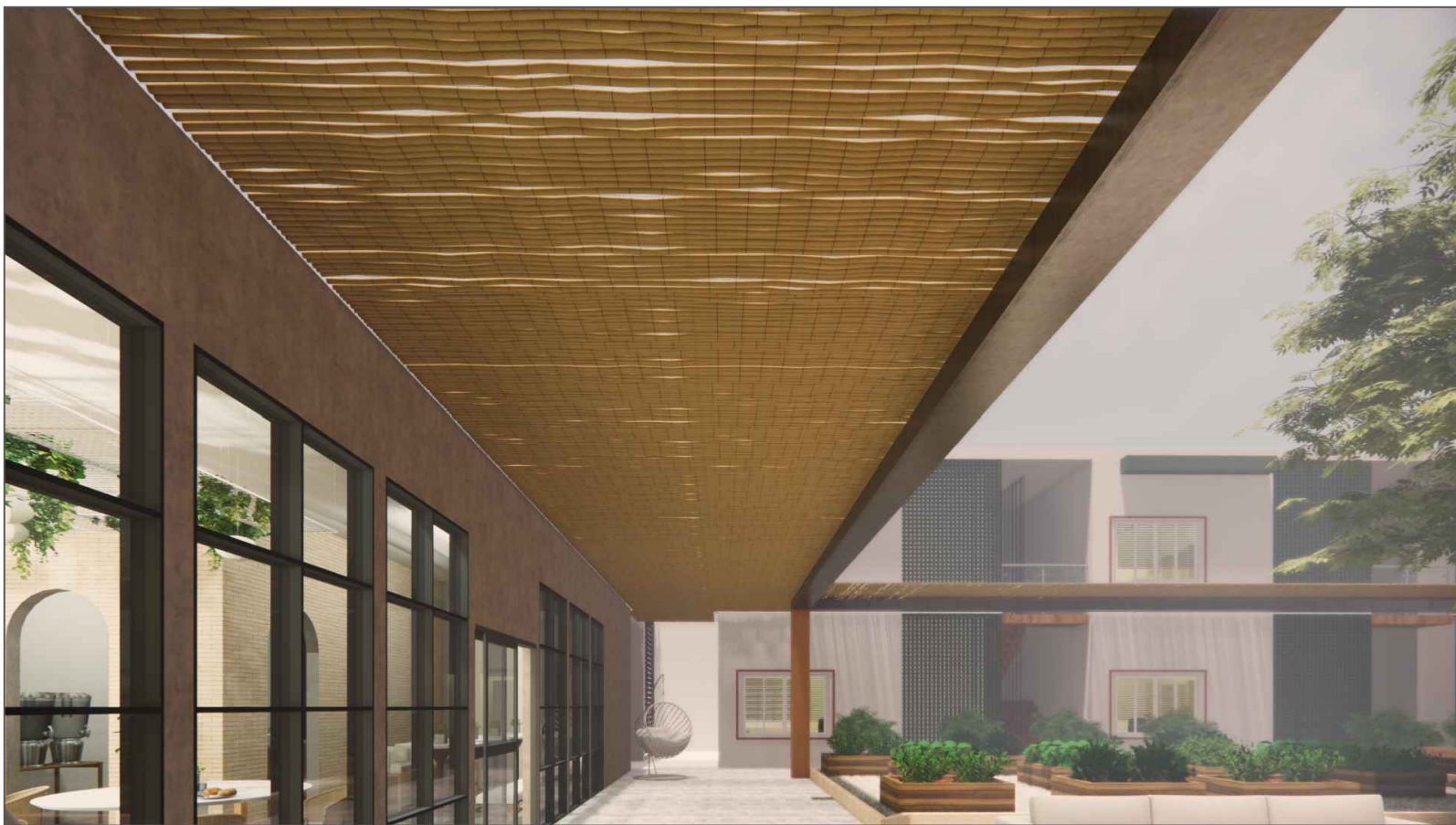
Átrio Central
Horta comunitária



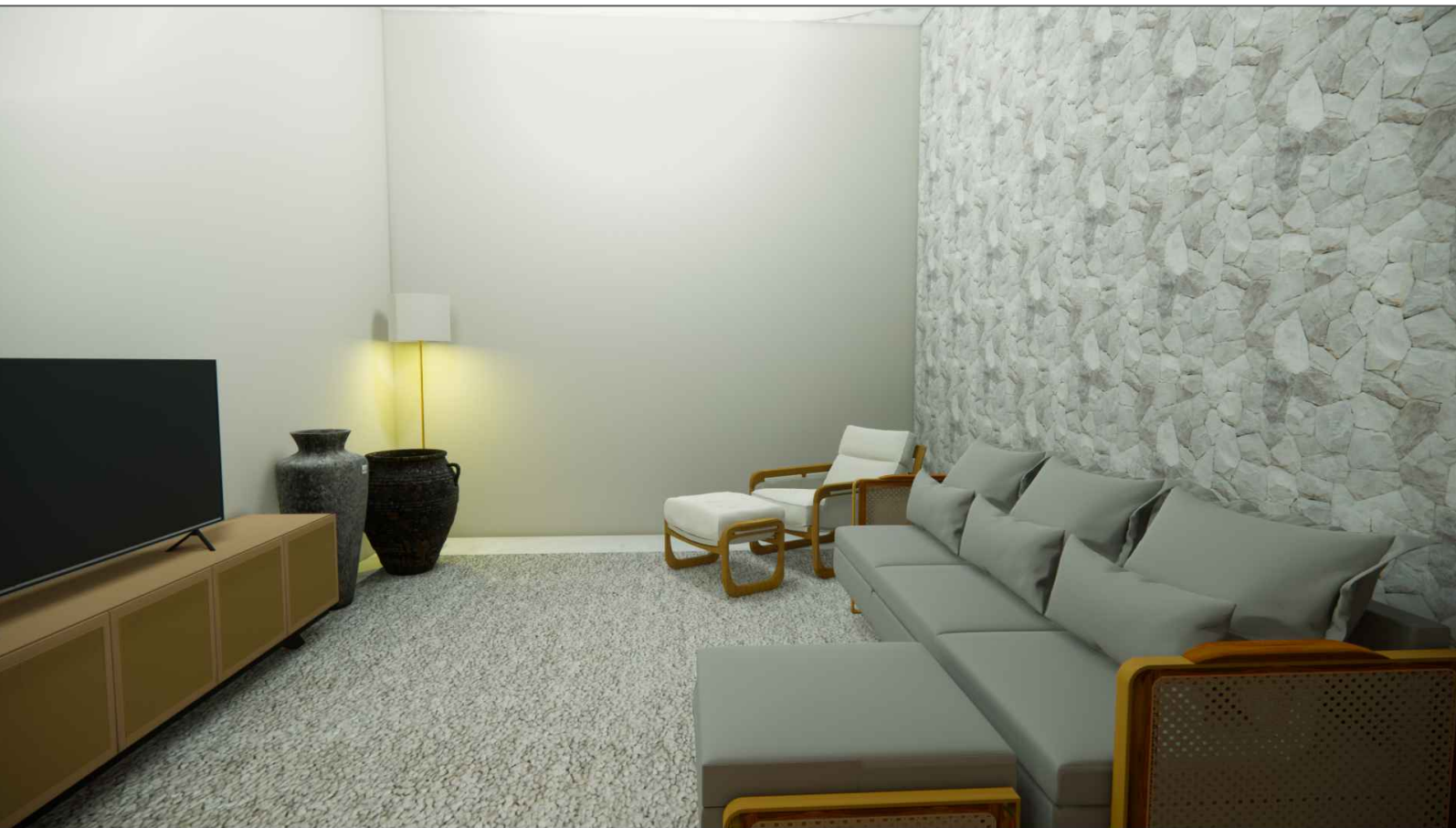
Átrio Central
Espaço de meditação

CASA DE ACOLHIMENTO DA MULHER

MODELAGEM TRIDIMENSIONAL



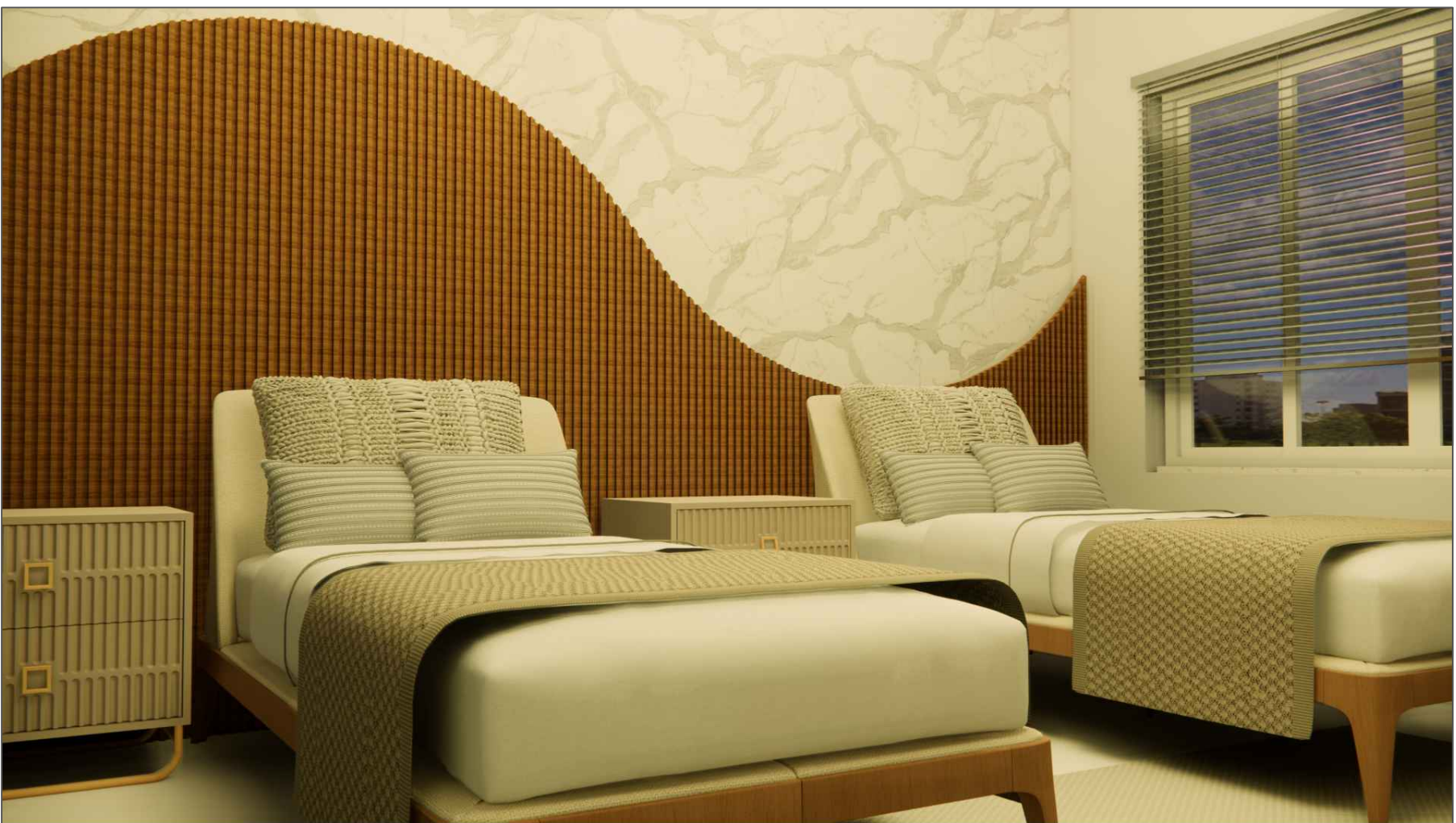
Cobertura de Bambu
Átrio Central



Sala de Tv
Interação Social

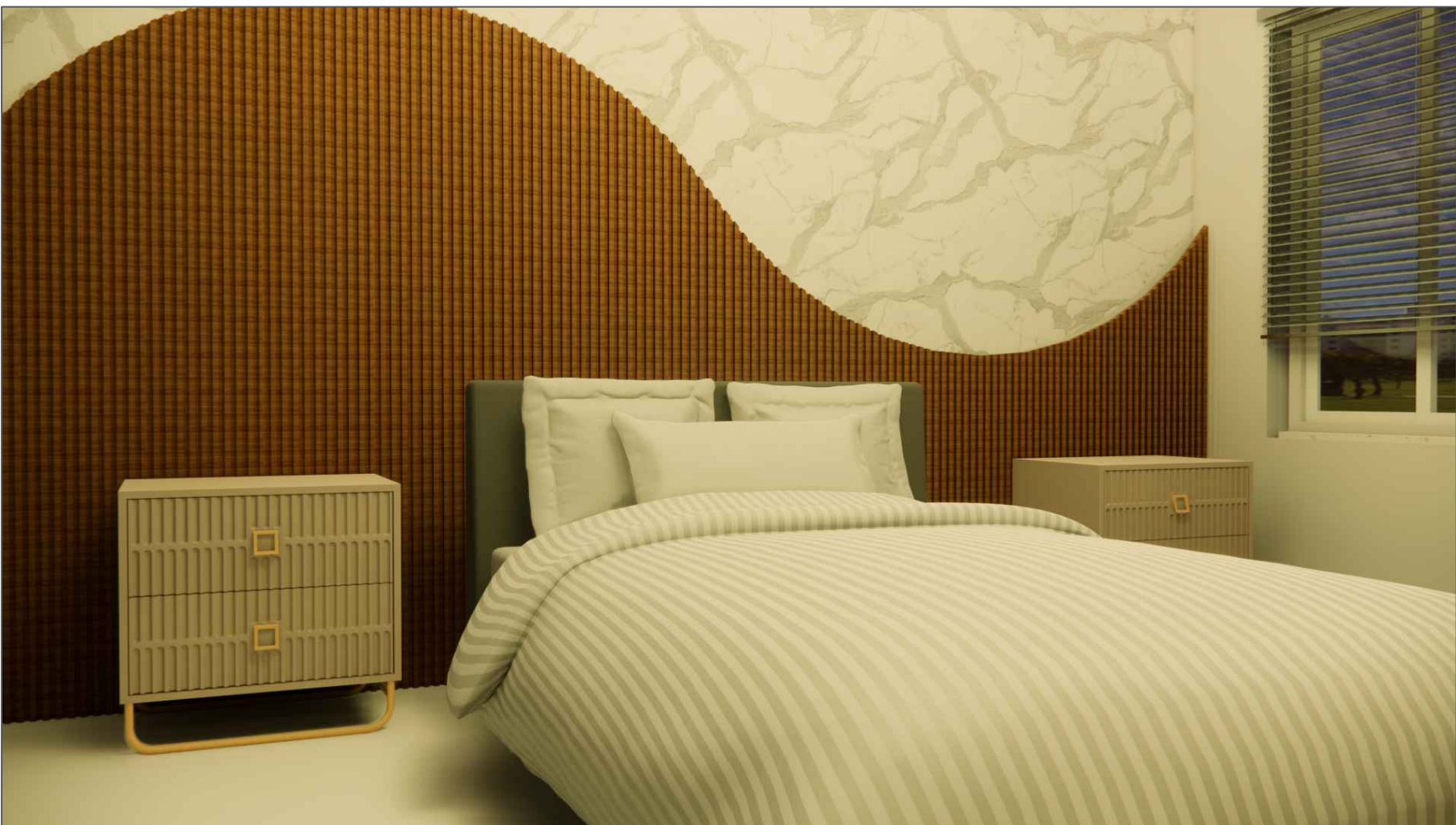


Refeitório
Interação Social



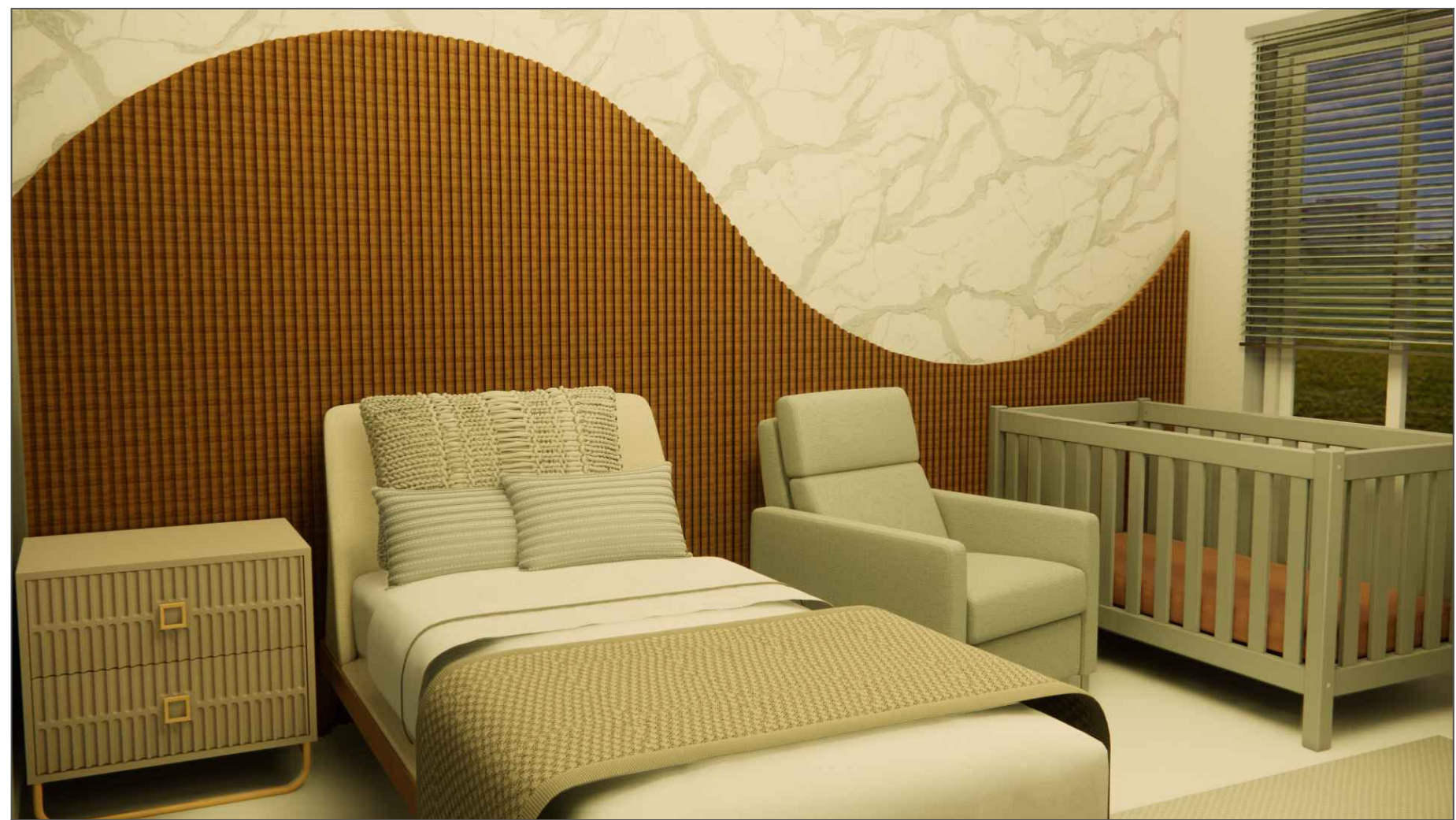
Quartos coletivos

Quartos coletivos são ideais para quem está em busca de apoio social e emocional, pois facilitam a interação e a troca de experiências entre as moradoras. Esses quartos são compartilhados por várias mulheres, promovendo a convivência e criando uma rede de apoio mútuo. São equipados com várias camas (beliches ou camas individuais) e armários individuais.



Quartos individuais

Os quartos individuais oferecem mais privacidade para a mulher que prefere ou necessita de um espaço próprio, seja por questões de saúde, segurança, ou preferências pessoais. Esses quartos são ideais para mulheres que estão em uma fase de transição ou que precisam de um ambiente mais reservado para se reestabelecerem emocionalmente.



Quartos com Berço

Esses quartos são projetados para mulheres que estão com bebês ou crianças pequenas, oferecendo um espaço seguro e adequado tanto para a mãe quanto para a criança. Além da cama para a mulher, o quarto possui um berço ou cama infantil, além de itens essenciais para o cuidado do bebê.